O fato mais marcante na evolução do mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas nos últimos meses, desde a publicação do número anterior deste Boletim, foi a vigorosa retomada do nível de ocupação, em maio e junho, e sua subseqüente inflexão no mês de julho (ver o gráfico da capa).

Depois de superadas as apreensões iniciais quanto às conseqüências que a crise cambial de fevereiro e o novo programa de ajuste negociado com o FMI trariam para o nível geral de atividades e para o emprego, os resultados apresentados pelo mercado de trabalho nos meses de maio e junho chegaram a estimular, pelo contrário, uma certa expectativa de que estivesse se abrindo um período de retomada sustentada do nível de ocupação, no novo quadro macroeconômico vivido pelo país.

De fato, houve nas seis maiores regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, uma geração líquida de cerca de 170 mil postos de trabalho em maio e de mais 164 mil em junho, o que significou um crescimento de 2,1% sobre o nível do mês de abril. Mesmo levando em conta a existência de fatores sazonais, o volume de novos postos criados no bimestre foi excepcional, fazendo com que fosse atingido, em junho, um nível de ocupação jamais alcançado anteriormente neste mês.

Contudo, esse crescimento da demanda por mão de obra não se manteve nos meses seguintes: em julho grande parte do avanço anterior foi perdida, ao se verificar um decréscimo de 140 mil postos, tendo a situação se mantido praticamente estável em agosto, com a tímida recuperação ocorrida (cerca de 8 mil novas ocupações). Dessa forma, a evolução verificada nesse segundo quadrimestre do ano acabou por deixar praticamente inalteradas as expectativas do início do período, isto é, que o impacto da crise sobre o nível de ocupação seria tão somente no sentido de mantê-lo estabilizado, não permitindo um crescimento significativo, mas também não produzindo uma perda mais expressiva de postos de trabalho.

Mesmo assim, em um balanço do que ocorreu nesses quatro meses, deve-se ainda ponderar que, embora o nível de ocupação em agosto deste ano esteja cerca de 0,7% abaixo do observado no mesmo mês do ano passado, o dinamismo mostrado pela demanda foi, desde maio, superior ao ocorrido em 1998: a ocupação média no segundo quadrimestre deste ano cresceu cerca de 1,45% sobre a verificada nos primeiros quatro meses, enquanto que essa mesma variação, no ano passado, havia sido de apenas 1,05%. Isto deixa entreaberta a possibilidade de que, ocorrendo uma evolução favorável do nível de atividades até o final do ano, a ocupação apresente uma trajetória mais firme, capaz de recuperar, pelo menos em parte, as perdas acumuladas pelos últimos anos de falta de dinamismo da economia.

Em termos das regiões metropolitanas pesquisadas, o destaque positivo fica por conta do desempenho do mercado de trabalho em São Paulo, o qual, mesmo mostrando um nível de ocupação, em agosto deste ano, cerca de 0,3% menor que o ocorrido no mesmo mês do ano passado, apresenta, por outro lado, quando considerada a média do período janeiro-agosto, um ligeiro crescimento (0,2%) sobre igual período de 1998. Apesar de mínima, essa variação positiva é significativa, uma vez que nos últimos três anos a ocupação em São Paulo vem ficando sistematicamente abaixo daquela verificada no ano imediatamente anterior. No outro extremo encontra-se Salvador, que manteve e aprofundou o decréscimo do número de postos de trabalho observado nos últimos anos (-1,0% no acumulado desses oito meses, comparado a igual período do ano passado).

Quanto à evolução setorial, em sintonia com o quadro verificado em São Paulo, acima comentado, os dados do período mostram uma nítida desaceleração do processo de enxugamento do emprego na Indústria de Transformação: enquanto no início do ano, até abril, a queda havia sido de 5,9% (comparando-se com igual período de 1998), nos meses mais recentes (maio-agosto) esse percentual de queda reduziu-se a 2,7%. Tais resultados da PME estão ainda de acordo com as indicações propiciadas pelas estatísticas do CAGED, que mostram uma mudança notável no panorama do emprego formal na indústria (ver Tabela A.3.2.c, no Anexo Estatístico): de uma variação negativa de –51.942 no número de empregos com carteira (total do Brasil), no período janeiro-julho de 1998, passou-se para um crescimento 39.886 postos, considerando o mesmo período deste ano.

Ainda no campo das características dos postos de trabalho, no que diz respeito à evolução das formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, persiste nas principais regiões metropolitanas do país, segundo a PME, a diminuição do emprego com carteira, que é onde tem se concentrado toda a redução do nível de ocupação observado no período janeiro-agosto deste ano, relativamente ao verificado nos mesmos meses de 1998. Deve-se ressaltar que esse quadro negativo é mais visível na passagem do final do ano passado para o início deste, após o que a situação vem se apresentando relativamente estável. Resta

esperar o que irá acontecer nos próximos meses, com o crescimento sazonal do nível de atividades, para se avaliar em que medida essa estabilidade do emprego com carteira, de janeiro até agora, irá dar lugar a um crescimento correspondente deste tipo de vínculo. De qualquer forma, não se deve ter grandes novidades nessa área, uma vez que, como mostra a experiência desta década, somente uma taxa mais elevada de crescimento da economia deverá produzir uma reação consistente do emprego formal.

No que se refere às características da mão de obra, a evolução da ocupação em 1999 vem reafirmando de forma acentuada a continuidade de importantes alterações que estão se processando no mercado de trabalho.

Inicialmente, quanto à distinção de gênero, tanto na comparação entre os níveis observados nos meses de agosto, deste ano e de 1998, por um lado, quanto na média desses primeiros oito meses, verifica-se um crescimento da ocupação feminina. Em outras palavras, o decréscimo ocorrido na ocupação deveu-se, até agora, exclusivamente, a perdas de postos de trabalho detidos por homens, tendo o emprego feminino contribuído para tornar menos aguda a queda do nível geral.

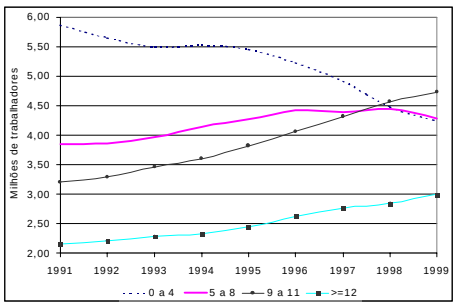
Um outro aspecto da evolução do mercado de trabalho nos últimos anos, que vem sendo acentuado pelo que tem ocorrido em 1999, é a diminuição da ocupação verificada nos estratos mais jovens da população. Com efeito, este ano, considerando a média dos primeiros oito meses, a diminuição do emprego ocorrida na população entre 15 e 24 anos respondeu por 79,3% da perda havida nas faixas que contribuíram para a redução da ocupação no período. Por outro lado, deve-se registrar que houve expressivo crescimento do nível de ocupação nas faixas entre 30 e 39 e, também, entre 40 e 49 anos, o que, à primeira vista, poderia estar indicando um impacto não tão negativo do desemprego sobre a força de trabalho mais madura. Esse, porém, não é o caso, uma vez que, paralelamente a um tal crescimento da ocupação, tem crescido também, nelas, o número de desempregados, o que pode ser apreciado a partir da observação de que o crescimento relativo da taxa de desemprego nessas faixas vem, ao longo da década, sendo maior que o verificado nas demais.

Não obstante a consistência com que vem crescendo a participação feminina no conjunto dos trabalhadores ocupados e de ser, também, notável a diminuição do número de jovens na força de trabalho, a evolução da ocupação segundo o grau de instrução dos trabalhadores é o aspecto que deva, talvez, em termos comparativos, merecer maior atenção dos estudiosos, dada a amplitude das suas implicações, tanto para as análises da realidade do mercado de trabalho e da economia brasileira, como para a elaboração das políticas correspondentes, em particular as de qualificação profissional.

Considerando-se as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, pode-se constatar que a participação dos trabalhadores com até 4 anos de escolaridade no total da mão de obra ocupada caiu, nesta década, de 37,1%, em 1991, para 23,7% nos primeiros oito meses deste ano. O que é mais impressionante, contudo, é que a queda absoluta, associada a esses quase quatorze pontos percentuais de perda de participação relativa, vem adquirindo uma velocidade cada vez maior: enquanto até 1995 a diminuição do número de pessoas nessa faixa de escolaridade se processou a uma taxa média de 1,8% ao ano, nos últimos três anos, de 1996 até agora, ela pulou para 5,9%, tendo chegado a 6,7% na comparação entre o mês de agosto deste ano e o ocorrido em agosto de 1998. Por seu turno, a faixa de escolaridade imediatamente acima, isto é, a que engloba as pessoas que possuem entre 5 e 8 anos de estudo, que vinha tendo ao longo da década um crescimento significativo (15,7% até o ano passado), passou a apresentar este ano uma inflexão em seu comportamento: a ocupação média do período janeiro-agosto, quando comparada com a correspondente em 1998, é cerca de 2,8% menor, destacando-se o fato de que esse percentual chega a –4,6% no confronto entre os últimos meses de ambos os períodos.

No sentido contrário, porém em correspondência com o que vem acontecendo nessas faixas de menor escolaridade, o crescimento da ocupação nas faixas superiores vem se acelerando, em particular na de maior número de anos de estudo (igual ou acima de doze anos), que apresenta, este ano, uma variação positiva em torno de 6%. Essa, por assim dizer, exacerbação do processo de mudança no perfil da escolaridade da mão de obra pode ser decorrência da estagnação da demanda por trabalho verificada a partir de meados de 1997, uma vez que o aumento relativo da oferta tende a tornar mais fácil, para os empregadores, efetuar uma tal substituição.

GRÁFICO 1
Evolução da ocupação segundo a escolaridade



Passando para a apreciação do ocorrido com a taxa de desemprego aberto, constata-se, segundo a PME, que tanto em termos do valor (ao redor de 7,7%) quanto em termos de tendência (nítida tendência de queda, apesar de pequenas oscilações mês a mês), seu comportamento ao longo deste ano vem sendo muito semelhante ao que se deu em 1998.

Nesse sentido, seria lícito esperar que, da mesma forma, essa queda continue nos próximos meses, até o final do ano.

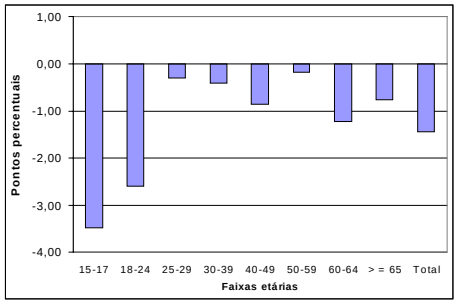
Contudo, deve-se observar que, sendo a taxa de desemprego um indicador que expressa o resultado da interação entre a demanda e a oferta de mão de obra, sua variação dependerá de como irá se comportar cada uma destas variáveis. Do lado da demanda, o que se espera é que a ocupação cresça pelo menos até novembro, não apenas em função de fatores sazonais, mas também, como apontado acima, pela expectativa de um maior nível de atividades, relativamente ao verificado no ano passado (a situação da economia na ocasião era francamente recessiva, com o PIB do último trimestre de 1998 apresentando uma queda de 1,1%, comparado com o do final de 1997).

Dessa forma, levando em conta apenas a evolução da demanda, a expectativa seria mesmo a queda da taxa de desemprego. Ocorre que a oferta de trabalho tem estado muito deprimida ao longo de todo o ano de 1999, em decorrência de uma expressiva diminuição da taxa de participação. Como os fatores determinantes das variações da taxa de participação são muito difíceis de identificar, não está descartada a possibilidade de haver um crescimento da mesma, ficando, pois, em suspenso qualquer juízo que se possa fazer sobre a trajetória mais provável desta variável. Considerar o comportamento da taxa de participação como passível de alterações significativas no curto prazo é o mesmo que lançar dúvidas sobre a evolução da oferta de trabalho e, consequentemente, sobre as perspectivas da taxa de desemprego.

Mesmo não se dispondo de recursos analíticos que permitam avançar um prognóstico sobre o seu provável comportamento, é possível identificar muito nitidamente, na evolução recente da taxa de participação, alguns fenômenos merecedores de atenção. O primeiro deles diz respeito ao movimento distinto que vêm tendo essa variável no caso de homens e mulheres: enquanto os homens mostram um declínio sistemático da sua presença relativa no mercado de trabalho ao longo de toda a década, passando de 80% para 72%, com a perda - portanto - de oito pontos percentuais na taxa de participação entre 1991 e 1999 (até agosto), as mulheres apresentam uma participação praticamente estável, em torno de 44%, ressaltando-se que, mesmo tendo havido uma queda este ano, da ordem de 1%, ela foi significativamente menor que a verificada com os homens.

O segundo fenômeno digno de registro refere-se ao fato de que, embora tenha havido este ano uma queda da participação em todas as faixas etárias, são os jovens os grandes responsáveis por estar essa taxa nos níveis em que se encontra atualmente, em função, naturalmente, da grande diminuição ocorrida, na PEA, entre os 15 e 24 anos: comparando-se o período de janeiro-agosto deste ano com o de 1998, tem-se que, enquanto a queda da taxa de participação total foi de 1,5 ponto percentual, a da faixa entre 15 e 18 anos foi de 3,5 pontos (!), tendo sido de 2,6 pontos percentuais a das pessoas entre 18 e 24 anos.

GRÁFICO 2
Variação da taxa de participação segundo as faixas etárias jan-ago 98 / jan-ago 99



Com a redução da taxa de participação sendo muito influenciada pelo que está ocorrendo com esses estratos mais jovens e pela sua concentração na força de trabalho masculina, cabe perguntar o porque do seu atual afastamento do mercado de trabalho. Estaria relacionado a fenômenos de desalento, provocados pelas dificuldades de obter uma colocação? Qual seria o grau de "volatilidade" do comportamento desses indivíduos no ciclo? Em outras palavras, uma perspectiva de retomada da demanda não tenderia a provocar um retorno relativamente rápido dos mesmos ao mercado, produzindo uma elevação de certa forma abrupta da oferta e neutralizando, assim, os efeitos positivos dessa reativação sobre a taxa de desemprego?

Para completar o quadro das principais questões relativas ao desempenho do mercado de trabalho, além do nível de ocupação e da taxa de desemprego, torna-se necessário avaliar como se comportaram os rendimentos auferidos pelos trabalhadores no período em consideração.

De uma maneira de certa forma análoga ao ocorrido com o nível de ocupação, a evolução da renda real nas principais regiões metropolitanas do país iniciou o segundo quadrimestre gerando expectativas positivas quanto à possibilidade de reversão da tendência de queda continuada, em curso desde o início do ano. O que havia sido, em maio, apenas um estancamento desse processo (a alta ocorrida foi estatisticamente desprezível), transformou-se, com o crescimento de 1,7% havido no mês de junho, numa perspectiva de recuperação das perdas até então verificadas. Contudo, também aqui o mês de julho encarregou-se de jogar uma ducha fria nesse tipo de expectativa: com uma queda de 2,3% relativamente ao ocorrido em junho, a renda real média voltou a trilhar uma trajetória de perdas, acumulando um decréscimo de 4,3% relativamente ao mês de julho do ano passado. Para o resto do segundo semestre, a questão que se coloca é saber se o impulso sazonal dar-se-á efetivamente num contexto de retomada do nível geral de atividades, como previsto acima, e se, neste caso, o nível em que se encontra a taxa de desemprego permitirá um crescimento maior dos rendimentos do trabalho. Vale destacar ainda que, também neste caso, a dinâmica da renda real tem se apresentado de forma distinta para mulheres e homens, com uma queda muito mais acentuada para estes: comparando-se o período janeiro-julho deste ano com o correspondente em 1998, enquanto que a perda de renda das mulheres foi de apenas 1,3%, a dos homens atingiu uma taxa quatro vezes maior, chegando a –5,1%.